

GARCIA, M.L.T., SPOLANDER, G., TEIXEIRA, R.V., SOTO, O.P., ADEFILA, A., DELBONI T.M.Z.G.F. and KHALIL-BABATUNDE, M. 2022. De colaboração à cooperação internacional em serviço social: desafios à vista desde o Brasil. In Reidel, T., Pinheiro, H.A., Goin, M., Ortiz, F.G. and Cantalice, L. (eds.) Serviço social: perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional. Embú das Artes: Alexa Cultural [online], chapter 7, pages 183-210. Available from: <https://tinyurl.com/3rdjrx8>

De colaboração à cooperação internacional em serviço social: desafios à vista desde o Brasil.

GARCIA, M.L.T., SPOLANDER, G., TEIXEIRA, R.V., SOTO, O.P., ADEFILA, A., DELBONI T.M.Z.G.F. and KHALIL-BABATUNDE, M.

2024

DE COLABORAÇÃO À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À VISTA DESDE O BRASIL^{1,2}

Maria Lucia Teixeira Garcia³
Gary Spolander⁴
Rafael V. Teixeira⁵
Olga Perez Soto⁶
Arinola Adefila⁷
Tânia Mara Z. G. F. Delboni⁸
Mouzayian Khalil-Babatunde⁹

INTRODUÇÃO

Este texto reflete sobre a experiência cooperação internacional envolvendo as equipes da Universidade Federal do Espírito Santo, de três universidades britânicas (Robert Gordon, Staffordshire e Warwick) e da Universidade de Havana. Nosso objetivo é explorar o processo envolvendo pesquisadoras e pesquisadores das áreas de Serviço Social, Economia e Educação, descrevendo conquistas, desafios, barreiras vivenciadas, bem como as estratégias construídas

1 Financiamento Capes Print, nº 88887.311889/2018-00

2 Parte dessas reflexões foram apresentadas no Encontro Internacional de Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social (EIFSS) e publicados em artigo da revista de Políticas Públicas (UFMA)

3 Assistente Social, Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil. E-mail: lucia-garcia@uol.com.br

4 Assistente Social, professor Robert Gordon University, Aberdeen, United Kingdom. E-mail: g.spolander@rgu.ac.uk

5 Assistente Social, Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil. E-mail: rafael.v.teixeira@ufes.br

6 Economista, Professora da Facultad de Economía, Universidad de La Habana. Cuba. E-mail: <perezolgasoto@yahoo.es>

7 Professora da Staffordshire University, United Kingdom. E-mail: arinola.Adefila@staffs.ac.uk

8 Pedagoga, Professora do Departamento de Teorias Educacionais e Práticas Educativas (DTEPE) do Centro de Educação (UFES). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil. E-mail: taniadelboni@terra.com.br

9 Socióloga, Professora da University of Warwick, United Kingdom. E-mail: khalil-babatunde@warwick.ac.uk

ao longo dos últimos 10 anos para construção de um processo de cooperação.

Partimos do pressuposto que colaboração e cooperação são conceitos diferentes, mesmo que em ambos o sentido último seja o de trabalhar juntos. Silva (2007) destaca que a colaboração é caracterizada por relações assimétricas, existência de um ator principal, responsável pelo projeto/programa e dono dos resultados, enquanto os demais são apenas participantes ou atores secundários. Por outro lado, a Cooperação se constitui em uma associação entre pesquisadoras/es uma uma relação marcada por diálogo e tomada de decisões conjuntas, resultado em definição conjunta de projetos e a partilha de custos. Na Cooperação a confiança entre seus membros torna-se o princípio básico a favor da associação (SANTOS, 2007).

Entendemos que a cooperação internacional em pesquisa envolve pesquisadores de diferentes países, cooperando em projetos, em atividades de discussão de ideias, apresentação em conferências, preparação de propostas para submissão às agências de pesquisa, visando a captação de financiamento, condução de pesquisas conjuntas, e/ou escrita de publicações acadêmicas em equipe (BOND; MARÍN; BEDENLIER, 2020). Ou seja, nosso artigo sintetiza um processo que perpassa todas essas dimensões e, como tal, traz inúmeros desafios que se colocam as/aos pesquisadoras/es - desde questões culturais, epistemológicas e institucionais até as assimetrias entre países e regiões com papéis distintos na economia global - em um processo de construção de uma cooperação internacional.

O trabalho de cooperação em nível internacional envolve um leque bastante sortido de relações. No âmbito da educação superior e da pesquisa, podemos dizer que sobressaem a mobilidade transfronteiriça de estudantes e professores, as parcerias e convênios com instituições estrangeiras, a docência em um contexto internacional e a comunicação de resultados de pesquisa em línguas estrangeiras. Envolve, além disso:

[...] a integração, a interculturalidade e o diálogo entre diferentes IES (nacionais e estrangeiras) e [...] a justa consecução do plano de desenvolvimento das universidades, logo de suas missões precípua, acordado pelas instâncias colegiadas acadêmicas, sob a proteção constitucional em cada país e estimuladas por políticas públicas que visam, ao mesmo tempo, à internacionalização

solidária, às mudanças sociais e a integração regional (LEAL; LEHER; AZEVEDO, 2018, p. 15, grifos nossos).

Por outro lado, é preciso ter em mente que esse movimento, concretamente, é complexo e envolve um conjunto de elementos que não estão circunscritos à instituição universitária e à vontade de docentes e estudantes pesquisadores/as que almejam avançar em descobertas relevantes ao conhecimento e à resolução de problemas dos povos soberanos. Trata-se de uma agenda que está embebida de tensões e contradições que permeiam projetos societários e suas ideologias. Assim, devemos entender criticamente o processo de internacionalização em curso, considerado como

[...] instrumento de conformismo científico-tecnológico, expressão contemporânea da sociabilidade humana, [que] ao mesmo tempo em que **veicula ideologias reprodutoras das relações sociais dominantes, veicula também ideologias antagônicas e contraditórias** [...] ao mesmo tempo reprodutora das relações sociais de produção capitalista e espaço de luta de classes, para superar estas relações (NEVES, 2002, p. 23- 24, grifos nossos).

Desta forma, em um contexto de crise estrutural global¹⁰, elevado nível de desemprego e tensas disputas geopolíticas, não se pode desassociar as estratégias de internacionalização existentes das necessidades de reafirmação da hegemonia dos países centrais do capitalismo, frente às economias periféricas e dependentes.

Daí que a produção de conhecimentos tende a assumir forma e conteúdo subordinados aos interesses corporativos oriundos dos países centrais. As prioridades em pesquisa e desenvolvimento (P&D), estimuladas a partir desses países, produzem interações multilaterais e bilaterais que subjazem a exportação de modelos de gestão e avaliação do desempenho acadêmico que lhes asseguram a reprodução de vantagens materiais e ideoculturais. Para tanto, mui-

10 “Observamos como o consumo destrutivo de meios de consumo (obsolescência programada) implica a perda de produtividade do trabalho pelo seu conteúdo; como o consumo destrutivo dos meios de produção (reduzindo inevitavelmente a taxa de lucro) implicou a perda de produtividade do trabalho pela forma; e como o consumo dos meios de destruição e a produção para a guerra leva à perda de produtividade do trabalho por forma e conteúdo [...]. Essas tendências, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, empurram cada vez mais para ultrapassar os limites e colocam a reprodução do capital ao nível da totalidade em uma circunstância de crise estrutural mundial” (DIERCKXSENS; PIQUERAS, 2018, p. 105, sem grifos no original).

tas vezes utilizam-se de indicadores e critérios que condicionam o acesso a apoios de agências que financiam o trabalho em educação e pesquisa.

Quanto mais permeáveis à colaboração de agências e de outras instituições privadas, sobretudo no financiamento de pesquisas e na sua difusão, bem como na formação de novos pesquisadores, mais diretamente é possível empreender a difusão ideológica [...] a colaboração científica, nesse prisma, nada tem a ver com valores iluministas, **mas com a geopolítica** [...] (LEHER, 2018, p. 166-167, grifos nossos).

A contradição expressa na citação acima (entre valores iluministas que levam à cooperação em pesquisa e interesses imperialistas que subsomem a produção de conhecimento) é chave para compreendermos a vinculação entre a estratégia atual de reprodução do capital em crise, e tendências hierarquizantes que se operam nas prioridades em termos de produção do conhecimento¹¹. Como dito, estas tendências são determinantes para o fomento à internacionalização da pesquisa e da formação superior:

Não casualmente, [...] fundações corporativas e o próprio departamento de Estado [norte-americano], por meio da USAID, empenharam-se na organização da pesquisa e da pós-graduação, assim como constituíram (ou revigoraram) entidades acadêmicas por área de saber, logrando, rapidamente, influência nos comitês científicos dos órgãos de fomento. Desse modo, houve clara indução de verbas públicas dirigidas com exclusividade para seus programas e laboratórios. (LEHER, 2018, p. 169).

Assim, a rigor, a internacionalização, desde uma perspectiva geopolítica imperialista, visa estratificar as hierarquias contidas nas

¹¹ “Para crescer continuamente, o capitalismo precisa desenvolver também de forma contínua as forças produtivas, o que historicamente levou, até hoje, a um desenvolvimento tecnológico que passa da manufatura à mecanização, desta à automação e, finalmente, à robotização dos processos produtivos. Isso significa que o desenvolvimento capitalista envolve uma maior tendência a usar (e inovar em) tecnologias intensivas em capital, ou o que é o mesmo, um menor uso da força de trabalho por unidade de capital investido. Em outras palavras, o capitalismo tem uma tendência a reduzir o trabalho vivo na produção direta. Isso leva a uma reestruturação permanente das orientações profissionais e das qualificações da força de trabalho em função do desenvolvimento tecnológico. Mas o que é verdadeiramente determinante é que essa circunstância implicitamente envolve um processo crônico de superacumulação [...]” (DIERCKXSENS; PIQUERAS, 2018, p. 15).

posições que cada país ocupa no âmbito da divisão internacional do trabalho. Mais ainda, a posição de cada país na economia global implica também a hierarquização das áreas de conhecimento, na qual é priorizado o fomento àquelas áreas que se aproximam mais dos interesses imperialistas¹². De acordo com Leher (2018), é neste cenário que proliferam

[...] pesquisas encomendadas pelo mercado, inclusive patrocinadas por grandes corporações interessadas na monopolização de setores estratégicos (energia, saúde, agricultura) [...] currículos referenciados nas necessidades empresariais, métodos de avaliação importados do setor produtivo, remuneração por produtividade [...] (LEHER, 2018, p. 160).

Isso significa que os princípios e diretrizes norteadores das prioridades de internacionalização da produção do conhecimento atualmente são vinculados a uma agenda de negócios vantajosa aos seus proponentes. Conforme analisam Mancebo e Silva Junior (2016), a pujança das finanças no contexto da crise atual tem resultado em uma agenda agressiva de reformas das economias periféricas e das funções estatais, o que tem relação direta com o papel das instituições universitárias. E, conseqüentemente, das metas relacionadas à internacionalização do trabalho em educação e pesquisa. Esse contexto de crise, com sucessivos cortes no orçamento

[...] está na raiz das explicações das reformas universitárias, no financiamento das universidades, na sua organização e gestão, na avaliação, na importância dos rankings, na necessidade da expansão e da internacionalização da educação superior, em nova divisão internacional do trabalho científico, no acesso e no conhecimento que é produzido nessas instituições (MANCEBO; SILVA JUNIOR, 2016, p. 98).

E, por suposto, se resumida a esta direção instrumental, o trabalho pode ter

[...] conseqüências desastrosas, posto que o professor trabalha com a demanda posta por este mercado e não de acordo com

12 Dados do CNPq indicam que se houve desinvestimento entre 2013 e 2021 (RIBEIRO; OLIVEIRA; GARCIA, no prelo), por outro a distribuição dos recursos foi desigual - a área de Agronomia em bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado cresceu 6,4% entre 2015 e 2020, enquanto o Serviço Social o crescimento foi de 0,5% (Base de dados do CNPq, 2022).

sua pauta de pesquisa. Isso muda a natureza do trabalho do professor e acentua o processo de mercantilização e de internacionalização das instituições de educação superior, posto que a distribuição se faz mundialmente. Estas mudanças estruturais impõem ao pesquisador publicar em abundância e muitas vezes repetir o que já escreveu com ajuda luxuosa da estética [...] (MANCEBO; SILVA JUNIOR, 2016, p. 98-99).

Então, a discussão sobre o trabalho de cooperação internacional em pesquisa nos coloca em meio a um movimento contraditório que ao mesmo tempo resulta de um impulso ontológico relacionado à socialização do saber e de trabalho cooperativo entre pesquisadores/as, mas também tensiona esta mesma concepção a partir da força do projeto que hoje pauta a internacionalização como parte das estratégias de reafirmação e acomodação dos interesses hegemônicos oriundos dos países centrais do capitalismo em crise.

O desafio concretamente posto nesta realidade contraditória, contudo, não nos coloca em uma posição de inanição e perplexidade. Ao contrário, nos posicionamos criticamente frente a esta condição e defendemos a cooperação internacional desde uma perspectiva ética que busque

[...] formas autônomas que fortaleçam a autonomia das nossas universidades, mas as projetem em termos geopolíticos. Temos que projetar isso; aperfeiçoar os sistemas de indexação das revistas científicas dos países de língua portuguesa e de língua espanhola [...] Existe uma hegemonia muito forte das grandes universidades dos países centrais. Suas problemáticas científicas não necessariamente dialogam com as nossas questões, com os nossos problemas [...] É por tudo isso que penso que essa contribuição original de uma cooperação internacional de outro tipo [...] é muito pedagógica e inspiradora para o futuro das universidades (LEAL, LEHER, AZEVEDO, p. 11-12).

A cooperação internacional é, assim, por várias e contraditórias razões, amplamente defendida dentro de planos estratégicos das universidades e cada vez mais por associações profissionais em grande parte do mundo, visto que permite a compreensão de questões globais e desde uma perspectiva internacional (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2001). No caso do Serviço Social, o crescimento da colaboração e da cooperação internacional destaca a im-

portância e os esforços que estão sendo feitos para se envolver com esse importante desenvolvimento (TAYLOR; SHARLAND, 2015; PAWAR, 2017; SPOLANDER; GARCIA; PENALVA, 2018). As atividades de cooperação internacional em pesquisa têm se tornado cada vez mais priorizadas devido à oportunidade para disseminar resultados (YUNONG; XIONG, 2012), apoiar abordagens comparativas (PAYNE, 2006), etc, mas também como possibilidade de acesso ao escasso financiamento para algumas áreas¹³, sendo que a “internacionalização” aparece como oportunidade para captação de recursos em um contexto de severos cortes orçamentários.

Assim, em um contexto de pressão pela “internacionalização”, de competição de pesquisa com fronteiras de mercado (KIM, 2009), de mudanças na natureza do trabalho acadêmico, (resultando em processos quantitativos de avaliação que se concentram menos no conteúdo dos resultados acadêmicos e mais em onde são publicados e no número de citações que coletam) (ENGWALL, 2008), de ranqueamento das Universidades (cujos indicadores giram em torno de publicações, patentes, inovações, e menos em formação) e de redução nos recursos para a ciência¹⁴, que refletiremos sobre o contexto em que essa cooperação internacional é realizada, bem como nossa experiência teórica e prática. Ou seja, nesse percurso e nesse processo, somos marcados por relações assimétricas entre pares - centro e periferia - que ora negam, ora afirmam essas diferenças dialeticamente fundamentadas na ética, na autonomia das universidades e em processos críticos, criativos e propositivos. Reconhecer isso é parte da tarefa para seu enfrentamento na construção de um processo de cooperação.

A questão orientadora deste artigo foi: como e por que estruturar e sustentar uma rede de pesquisa em nível internacional? Tínhamos nítido que criar uma rede de pesquisa traria em si o desafio de manter-se ativa ao longo dos anos, pois a experiência concreta nos apontava para inúmeras equipes que vão se dissolvendo no decorrer dos anos. É isso se circunscreve a diferentes aspectos - desde questões relacionais, falta de financiamento ou priorizações institu-

13 Ribeiro et al (2020) apontaram que as áreas de linguística, letras e artes; ciências humanas e ciências sociais aplicadas receberam o menor recurso para o desenvolvimento de pesquisas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

14 No Reino Unido e no Brasil a “fuga de cérebros” coloca em risco o desenvolvimento de pesquisas (The Guardian, 27th February 2022). No caso brasileiro, o corte no financiamento alcançou 87% entre 2013 e 2021 (Negri, 2021).

cionais de determinados temas de pesquisa (e de parceiros), entre outros. Por isso, questões como: O que significa a cooperação de pesquisadores em termos acadêmicos? Quais “formatos” essa pode assumir? Quais desafios são impostos aos participantes do trabalho em rede de pesquisa? Como o modelo (concorrencial e centrado nos resultados) que referencia as políticas públicas de pesquisa atualmente, afeta os processos aqui envolvidos? Enfim, partimos de múltiplas perguntas que nos implicam desafios ético-políticos e teórico-metodológicos a serem trabalhados em uma temporalidade não imediatista.

Assim, almejando coerência com as condições reais dos sujeitos envolvidos nesta experiência cooperativa, buscamos equalizar pontos de partida e, em termos metodológicos, escolhemos utilizar a revisão argumentativa da literatura apoiada na reflexão crítica das experiências dos autores e nos documentos, textos e debates construídos pela equipe.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O tema aqui debatido - a cooperação internacional - é recorrente na literatura mundial (KWIEK, 2021; FRAME, CARPENTER, 1979; PRATES; CARRARO, 2018; SPOLANDER; GARCIA; PENALVA, 2018). Caniglia et al. (2017), em um estudo de revisão de 46 colaborações internacionais, publicadas entre 1994-2016, além de identificarem como um dos desafios para efetivar a cooperação internacional a política institucional, tanto ao nível nacional como internacional, também apontou os desafios interculturais, como hábitos culturais e barreiras linguísticas, bem como hábitos de estudos/pesquisa.

É mister entender a internacionalização “[...] como dimensão integrante da educação superior em nível de pós-graduação no Brasil (e no mundo) [...] estabelecida a partir de acordos de cooperação e intercâmbios internacionais, com base na solidariedade, no respeito às diversidades culturais, no reconhecimento, apoio e benefício mútuo, e em parceria e aliança entre as partes envolvidas” (PRATES; CARRARO, 2018, p. 3). Além disso, a internacionalização pode “[...] agregar esforços na luta comum para enfrentar as desigualdades

vinculadas à internacionalização da economia, da política e da cultura no cenário mundial” (IAMAMOTO, 2008, p. 454).

Esse processo é sempre desafiador, com dificuldades de captação de financiamento, complexidades de linguagem e problemas metodológicos (GARDNER et al., 2012; LOMBE et al., 2013). Grande parte da disseminação desses estudos muitas vezes envolve a socialização dos resultados do trabalho conjunto, ao invés de descrever o processo de colaboração ou cooperação. Ter estabelecido uma equipe de pesquisa internacional não garante resultados de pesquisa bem-sucedidos (McCALLIN, 2001), sublinhando, assim, a importância de compreender criticamente o processo de pesquisa.

A reflexão crítica que trazemos neste texto foi estruturada em três seções. Inicialmente, destacamos o processo em seu início e as principais questões que emergem em uma experiência concreta de cooperação internacional, envolvendo múltiplas dimensões na interação entre parceiros que vão se conhecendo no próprio processo de trabalho. Aqui, apresentamos três dimensões que se destacam: a) tempos e relações de trabalho que guardam particularidades entre Brasil, Cuba e Reino Unido; b) o estranhamento entre pesquisadores; c) financiamento por editais internacionais. Ainda nessa seção, refletimos sobre as dificuldades em torno das barreiras linguísticas que surgem no contexto da cooperação internacional. Diferentes códigos linguísticos (inglês, espanhol e português), diferentes referenciais teóricos que circundam as ciências sociais, bem como significados das palavras que desafiam as/os pesquisadoras/es inseridos nesse processo. Ou seja, as/os pesquisadoras/es refletem seus países e realidades acadêmicas em experiências de vidas profissional e de pesquisa diferentes de cada outro.

Como um caleidoscópio, as/os pesquisadores das Grandes Áreas de ciências sociais aplicadas e Humanas (onde Serviço Social, Economia e Educação se inscrevem na árvore do conhecimento no Brasil¹⁵) são constantemente instados a ter que explicar os conceitos e categorias utilizadas. “O que queres dizer com isso?” compõe uma miríade de possibilidades de compreensão.

Em seguida, exploramos as dificuldades e as conquistas no processo de disseminação dos resultados de pesquisa. Nesse processo, aspectos sobre em que língua escrever e em quais veículos

15 No Reino Unido o Serviço Social está vinculado à área da Saúde.

divulgar essa produção são questões a serem enfrentadas. E aqui se inscreve a importância dessa reflexão em português, apresentada em um evento latinoamericano (e que caracteriza experiência nova para os colegas britânicos). Destacamos, por fim, as dificuldades e descobertas feitas e os desafios presentes quando essas publicações são na língua inglesa.

Por fim, refletimos sobre o momento atual e as projeções para o futuro.

INTERNACIONALIZAÇÃO: UM PROCESSO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

De acordo com Contel e Lima (2009), a natureza universal do conhecimento e a tradição de cooperação acadêmica remontam à Antiguidade. Estes elementos, associados no início da Era Moderna, contribuíram para conferir um caráter internacional à universidade. E, ainda, há que se considerar, de maneira geral, que a prática da Internacionalização na educação superior está associada a políticas desenvolvidas no âmbito dos estados nacionais.

Apesar de ser um fenômeno anterior à universidade seria impossível assegurar que as motivações que orientaram a implantação de programas de cooperação internacional na dinâmica de funcionamento das universidades permaneceram inalteradas no tempo. Muito embora a universidade tenha adotado contornos nacionais, ao ser subordinada aos interesses de cada Estado-Nação (Século XIX), ela não anulou sua dimensão universal à medida que os governos nacionais institucionalizaram políticas de cooperação internacional com a implantação de programas de intercâmbio (CONTEL; LIMA, 2009, p. 2).

No contexto atual, se por um lado os planos estratégicos da universidade e as iniciativas profissionais incentivam e exigem cada vez mais a colaboração e a cooperação internacional (NADKARNI, 2013; YUNONG; XIONG, 2012), por outro, o foco se dá direcionado a áreas e temas demandados pelo mercado (KIM, 2009). E, nesse sentido, em termos nacionais e internacionais, há barreiras em relação ao financiamento de propostas da área de Serviço Social (RIBEIRO et al., 2020).

Assim, é frequentemente encorajada uma abordagem que promova o cumprimento de metas quantitativas para a produção acadêmica, com indicadores centrados em ponderação de periódicos e citações (ENGWALL, 2008; SCHOLTEN et al., 2021). No entanto, profissionalmente, estávamos cientes de que muitos profissionais de Serviço Social ao redor do mundo têm acesso limitado a revistas internacionais (tal como vemos no Brasil). E, ainda, debates de temas de interesse nacional, ao serem publicados em língua inglesa, por exemplo, limitam o acesso a esse conhecimento por uma parcela da população que não possui entendimento dessa língua ou ainda recursos para pagamento das taxas cobradas pelos periódicos.

Instigados por um fato concreto da realidade - a inserção das/os autoras/es em pesquisas colaborativas internacionais - nos deparamos com desafios que iam desde compreender teoricamente o objeto de pesquisa e os/as parceiros/as, até questões de linguagem entre sujeitos falantes de diferentes línguas. Aqui usualmente aparecem questões como: o que se quer pesquisar [quem e como se decide]? Quem são as/os parceiras/os? O que pensam sobre o objeto? O que esses termos querem dizer?

Nesse processo é central o esforço conjunto para a identificação do tema / escopo da pesquisa e possíveis parceiros. Isso significa que o propósito da pesquisa em cooperação deve ser suficientemente amplo (que possa criar pontes com possíveis outros investigadores) e ao mesmo tempo específico (escopo da pesquisa). Assim, construir coletivamente o propósito e o escopo da pesquisa é mister, pois favorece o alcance de resultados relevantes para todas as partes engajadas. Nesse sentido, é preciso considerar que o trabalho em cooperação pode requerer, num primeiro momento, um trato menos rigoroso, flexível, de certos conceitos e abordagens epistemológicas. A flexibilidade, neste caso, não significa ecletismo, mas busca pontos em comum para que o engajamento dos sujeitos seja real, e não artificial ou meramente instrumental.

Por outro lado, é preciso considerar que, em seu princípio, as redes internacionais já existentes costumam trazer propostas fechadas, com o convite: “queres entrar”? E, com isso, vamos aprendendo os limites e os contornos dos editais de agências de financiamento, sobretudo no exterior. A rigor, precisamos reconhecer que, nesses editais, prevalece a perspectiva de uma relação assimétrica entre centro e periferia na troca de conhecimentos.

Dessa forma, nesses 10 anos aprendemos juntos a antecipar e buscar editais, a propor temáticas aos parceiros no exterior e a passar da dimensão individual a um trabalho coletivo e institucional.

Aprendemos com o Conselho Britânico, por exemplo, que ter um projeto aprovado traz um maior incentivo ao financiamento de outros projetos com as mesmas parcerias. Então, entender, discutir, propor e desenvolver propostas conjuntas é um aprendizado que se vai desenvolvendo. Nesse processo, o “quer participar” é paulatinamente substituído por “vamos propor juntos”? Mas esse aprendizado traz também todo um balanço crítico no qual se somam aspectos como a sobrecarga de trabalho docente, relações de trabalho diferentes e pressões que as/os pesquisadoras/es estão submetidas/os.

Concordamos com Marx (1985, p. 271) quando afirma que “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas [...]”. Logo, estávamos diante de algo que precisava ser desvelado. Em outras palavras, o trabalho em cooperação com parceiros internacionais é o mesmo que nos leva a pensar criticamente sobre o processo de internacionalização no qual estamos inseridos. A internacionalização não seria, a priori, um problema de pesquisa para nós, mas o processo de trabalho nos colocou esta questão. Aí nos perguntamos: o que temos diante de nós e não podemos entendê-lo diretamente? Ou seja, perpassando as questões linguísticas (visto que a língua oficial na pesquisa era o inglês), havia outras dimensões que precisávamos capturar e analisar. E, assim posto, pesquisando e aprendendo, estamos há dez anos construindo uma experiência de trabalho com parceiros internacionais, a qual passamos a descrever na próxima seção.

O INÍCIO - “QUERES PARTICIPAR”?

O início da cooperação se deu em colaboração em um projeto transnacional financiado pela União Europeia (em 2012), tendo sido recomendado um ao outro por um colega em comum. Ou seja, o início do trabalho nem sempre ocorre com colegas que conhecemos e partilhamos ideias similares. Da equipe inicial de 10 diferentes países, optamos por manter a parceria com parceiros britânicos, expandindo o trabalho, quer com a inclusão de novas universidades,

quer com a inclusão de novos parceiros na Ufes. Ao longo dos anos, construímos uma rede que envolve Coventry University, Warwick University, University of Keele, Robert Gordon University, Staffordshire University e vários parceiros europeus na Finlândia, Alemanha, Itália, Alemanha, Letônia e também na Ásia (Índia) e na América Central (Cuba).

A rede de pesquisa se urde lentamente e envolve múltiplas dimensões em uma interação entre parceiros que, como dito, vão se conhecendo no processo de trabalho, não só com colegas estrangeiros, mas também da UFES. Nesse processo de trabalho iremos aqui destacar três dimensões que nos parecem determinantes:

a) Relações com instituições e pesquisadores/as internacionais (Cuba e Reino Unido) a partir da realidade brasileira (UFES).

No Brasil, podemos afirmar que as ações de cooperação internacional na educação superior sempre estiveram atreladas, de alguma forma, à atuação estatal e à existência de universidades e institutos públicos de pesquisa (Contel; Lima, 2009). Ainda que diferentes governos tenham dado rumos distintos às políticas de educação superior, é fato que o fomento às ações de cooperação internacional desenvolveu-se como parte das políticas públicas estatais. Não obstante, sublinhar o papel do Estado brasileiro no desenvolvimento de tais políticas é ainda mais relevante por ser este um estado-nação que assume posição particular frente à divisão internacional do trabalho, isto é, como parte do desenvolvimento capitalista em âmbito global.

A pujança da produção científica [alcançada pelo Brasil e reconhecida internacionalmente] é profundamente contrastante com a debilidade da inovação [tecnológica] - o que é uma expressão do capitalismo dependente. Diante das cadeias produtivas de baixa intensidade tecnológica, os governos Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff elegeram as universidades como alvo das políticas que tentam atribuir à universidade o que o setor produtivo não desenvolve. A conversão das universidades no principal locus de P&D [Pesquisa e Desenvolvimento], por meio da Lei de Inovação Tecnológica e do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, produz grandes alterações em toda a política científica e tecnológica (LEHER, 2018, p. 191).

Em resumo, para que a análise dos desafios e tendências da internacionalização da educação superior no Brasil seja mais consis-

tente, parece-nos incontornável uma compreensão razoável quanto ao papel que o Estado assume na forma particular de capitalismo que aqui se formou.

E, se esta assertiva deve ser considerada como ponto de partida, devemos ainda presumir que a participação de pesquisadores/as de outros países, numa mesma equipe, implica que cada qual conheça também os elementos estruturantes e particulares que fundamentam os sistemas de educação superior e as políticas de fomento à internacionalização dos países que fazem parte. Enfim, com esses fundamentos podemos avançar a uma reflexão mais universalizada, para discutir com parceiros estrangeiros uma perspectiva comum de cooperação internacional. Note-se que o tema tomado para análise é o próprio objeto da ação de internacionalização em curso, o que denota desafios em dimensões distintas, porém totalmente conectadas.

Por isso, não podemos desconsiderar, aqui, aspectos relacionados às condições das instituições envolvidas serem públicas (Brasil e Cuba) e privadas (Reino Unido). A UFES, por ser uma universidade pública, mantida e financiada pelo governo, apresenta como missão “[...] garantir a formação humana, acadêmica e profissional com excelência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com a produção de avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais, sociais e de inovação, e a promoção dos direitos e da inclusão social” (Ufes, 2021, sem paginação). Grande parte das instituições de ensino superior do mundo estão voltadas para assegurar a excelência na formação humana, acadêmica e profissional, entretanto, no Brasil, as universidades públicas também têm um forte apelo para com o compromisso de promover os direitos e a inclusão social daqueles que têm sido marginalizados, por questões econômicas, sociais e culturais, fazendo valer o tripé no qual as instituições públicas de ensino superior no Brasil estão fundadas: ensino-pesquisa-extensão. Isso significa, para nós, pesquisadores/as, uma parcela importante do trabalho está voltada não apenas para a pesquisa, mas também para o ensino e a extensão, além da gestão administrativa, que é assumida por docentes e técnicos, como parte do princípio da autonomia universitária.

b) O estranhamento entre pesquisadores que vão se conhecendo.

Esse é um processo crucial, à medida que, junto com aspectos teórico-metodológicos, outros também se colocam: o processo de

tomada de decisão no interior do grupo, a viabilidade e cumprimento das tarefas designadas, o desafio da escrita em língua estrangeira (seja esse texto em português - de difícil compreensão para parceiros que só dominam a língua mãe [inglesa ou espanhola] -, seja em inglês - que impõe os limites da proficiência da língua inglesa - para as equipes brasileira e cubana).

Só quem ousa e se aventura em pesquisa interinstitucional e internacional sabe das dificuldades de toda ordem que se enfrenta - desde ausência de financiamento às agendas que, a cada dia, estão assoberbadas de atividades e compromissos. E ainda, os calendários acadêmicos diferentes.

c) Relação entre financiamento e processos de trabalho em pesquisa a partir da captação por editais internacionais.

Para as áreas de pesquisa no campo das ciências sociais aplicadas o financiamento vem sofrendo sucessivos cortes no aporte de pesquisas. O acesso a editais internacionais usualmente requer experiência prévia da equipe e os valores nem sempre são alocados facilmente à equipe brasileira por questões técnicas e contábeis das instituições públicas.

A experiência da equipe foi construída por editais nacionais e internacionais. O acesso a financiamento é central para a realização de uma agenda de trabalho que envolve toda a rede de pesquisadores/as. Entre os editais internacionais, destacamos:

a) financiados pelo Conselho Britânico, Confap/Fapes - As oportunidades proporcionadas pelo financiamento do British Council (2TV e Universities of the World Projects) aumentam o alcance do nosso impacto; oferta de bolsa de estudos a jovens pesquisadores e a produção de conhecimento.

Isso proporcionou nossa primeira oportunidade para cooperação entre Brasil (UFES) e Reino Unido (Universidade de Coventry). Após a euforia imediata de vencer a candidatura da União Europeia, a atenção se voltou para as preocupações imediatas com relação à linguagem, cultura de pesquisa, além das perspectivas epistemológicas, metodológicas e ontológicas. Consequentemente, buscamos em nossas equipes ir além de nossas perspectivas nacio-

nais e compromissos institucionais para desenvolver um compromisso com a equipe e com nossos colaboradores de pesquisa.

Esse processo geralmente envolve discussões sobre a questão e os conceitos de pesquisa, exigindo uma exploração da linguagem, abordagem teórica e realidades pessoais e profissionais. Spolander, Garcia e Penalva (2016) destacam que é preciso explorar as circunstâncias históricas, sociais, econômicas e psicológicas dos colaboradores. Isso leva a equipe a compartilhar seu conhecimento combinando, por exemplo, sobre os desafios do capitalismo e a austeridade presentes tanto no Reino Unido, como em economias emergentes, como o Brasil. O processo de engajamento colaborativo envolve, então, a sequência de desenvolvimento original de que trata Tuckman (1965), isto é, a partir de pequenos grupos o coletivo de pesquisadores pode prosseguir através de estágios de desenvolvimento e coesão, como o estágio de normatização e o estágio de tempestade de ideias como parte do processo de colaboração. Isso ajuda a estabelecer valores de grupo e regras básicas de trabalho em equipe e construção colaborativa de conhecimento.

Assim, a importância de compartilhar e consolidar a compreensão em comum, o conhecimento e as perspectivas individuais, e da equipe, co-criados, possibilita a criação de artefatos que podem ser compartilhados e disseminados tanto para dentro do grupo, quanto para um público mais amplo. Isso sublinha a importância de se desenvolver uma equipe de redação bem-sucedida, permitindo que a equipe examine conceitos e metodologias de forma transdisciplinar e crie novos conhecimentos e entendimentos. Temos procurado apoiar, encorajar e desafiar ideias de forma a explorar os tópicos com a máxima profundidade e capacidade crítica, respeitando a diversidade do grupo. Isso resultou, nos últimos dois anos, em capítulos publicados em dois livros editados (em português e inglês) e seis artigos publicados em periódicos em inglês com fatores de impacto, envolvendo pesquisadores dessa parceria. Mas, também, outro benefício desse processo compartilhado foi o suporte para a equipe publicar em inglês, português e espanhol. O processo de compartilhamento de liderança por meio de negociação mútua tem apoiado o reconhecimento dos pontos fortes de pesquisadores individuais e as perspectivas únicas que uma cooperação, embora desafiadora, pode trazer para a pesquisa.

Consideramos, estão, que o processo de cooperação sido bem-sucedida, pois compartilhamos interesses de pesquisa e um debate salutar. Somos capazes de nos comunicar de maneira respeitosa e frequente, usando os períodos de escrita, proposta e desenvolvimento de artefatos para construir uma compreensão compartilhada de vocabulários, epistemologias, ontologias e práticas semelhantes ou diferentes. As ricas experiências que trocamos, em especial nas vistas que faemos em loco, nos ajudam a explorar o envolvimento intercultural, a experiência dos pesquisadores, servidores e alunos no Ensino Superior, além das práticas de internacionalização e os dilema da (des)colonização. Debates também sobre práticas de aprendizagem através das fronteiras transnacionais e transdisciplinares, bem como caminhos para compreender e enfrentar os desafios globais a partir de cada realidade concreta. Focamos, em particular, desigualdades manifestas nos processos formativos, as quais se vinculam às desigualdades socioeconômicas e às opressões étnico-raciais e culturais:

b) editais nacionais e regionais - o papel do CNPq, Capes e Fapes.

Destacamos aqui o papel central das agências nacionais. O edital Capes PrInt (Programa Institucional de Internacionalização), implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), possibilitou a inclusão do grupo de pesquisadores em proposta que recebe aporte financeiro e permite intercâmbio de estudantes e professores. Entretanto, o contexto de destruição da agência que está em curso no governo Bolsonaro vem inviabilizando o uso dos recursos em bolsas para viagens ao exterior. Outro aspecto que chama a atenção é o relatório da agência intitulado “Retrospectiva: Capes em 2021: programas internacionais assegurados” (Capes, 2021) que sequer aborda uma linha sobre o Capes PrInt.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também ofertam editais que possibilitam aporte de recursos fundamentais para algumas das ações propostas.

Uma característica comum aos editais das agências de fomento à pesquisa é a não inclusão de Cuba como possível parceiro. Por exemplo, para assegurar a participação de Cuba, mas, também entendemos que devido às sanções em andamento dos Estados Unidos sua inclusão é mais desafiadora e reflete uma decisão política do grupo, por sua singularidade e importância de sua voz no contexto internacional em pesquisas.

Um exemplo dessa dificuldade pode ser dada pelo edital Capacity Building in Higher Education de 2022 (da União Europeia), que lista o Caribe (e consequentemente Cuba como possível parceiro). Entretanto, apenas dois projetos poderão ser contemplados com financiamento (1 por linha de pesquisa, à exceção da linha 3 que não será contemplado) será aprovado, contra 14 projetos (se os parceiros incluírem a América Latina) ou 45 se incluir países da África Subsariana (UNIÃO EUROPÉIA, 2021).

Assim, pesquisar com parceiras/os cubanas/os é uma ação política que independe de recursos financeiros para tal; tem sido um compromisso ético-político do grupo de pesquisadores.

Junto com as dificuldades, aprendemos com os insucessos do percurso. Como pesquisadoras/es, precisamos discutir os insucessos não como responsabilização individual, mas problematizando-os.

OS INSUCESSOS DE ALGUNS *PAPERS* EM LÍNGUA INGLESA E AS VELHAS E NOVAS DESCOBERTAS

“[...] it is never easy to be radical; the second that this is particularly so within radical social work” (Jeff Hearn, 1982)

Escrito em 1982, o texto de Hearn (1982) inicia falando de seu desapontamento com a recusa a um texto submetido a um periódico britânico. O insucesso na submissão de um artigo traz frustração. Na relação com pesquisadores de Universidades do Reino Unido descobrimos que a tomada de decisão sobre o que escrever deve ser antecedido ou concomitante à decisão a qual periódico possível determinado *paper* se destinaria.

Escrever o artigo num processo coletivo e, ao final, decidir a qual periódico submeter, trazia uma armadilha - a não adequação do texto à linha editorial do periódico, como podemos observar abaixo em algumas respostas recebidas de periódicos após a submissão de artigos:

Our policy is to reduce the workload of our referees and turn-around times for authors. All papers are scrutinised by a small panel of associate editors. If papers are considered to fall substantially outside our usual publication standards or remit, we no longer send the paper for review. I regret to inform you that your paper has been through the scrutiny panel and has not been sent for review. I apologise for the disappointment this has caused.

Neste caso, a experiência concreta mostrou que a revista não evidenciou aos autores o que denominou “texto fora dos padrões da revista”. A negativa nem sempre é compreensível e pode representar a pressão sobre pesquisadores por publicar por um lado, e as altas taxas de reprovação dos periódicos, por outro. A taxa de rejeição de revistas melhor avaliadas variam entre 80-85% (e alguns jornais registram taxas superiores entre 90-95%) (KHADILKAR, 2018).

Essas altas taxas de rejeição requerem outros elementos para compreensão. Entre meados da década de 1990, as grandes editoras comerciais (Reed-Elsevier, Wiley-Blackwell, Springer, and Taylor & Francis) respondiam por percentuais entre 15% produção. Esses percentuais aumentaram para 66% em 2013¹⁶ (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015).

Lyman e Chodorow (1998, p. 89) nos advertiam, ainda no final do século passado, que “[...] a publicação de periódicos tornou-se comercializada e algumas partes da literatura científica e técnica estão agora sendo monopolizadas por conglomerados editoriais multinacionais”.

Outro aspecto é a pressão por publicar. Editage Insight (2013) estimava que cerca de 3 milhões de artigos eram submetidos a periódicos a cada ano. Em decorrência do volume de submissões, os periódicos utilizam políticas de triagem antes de enviá-los para revisão completa por pares. Em geral, os aspectos analisados são: se o artigo encaixa no escopo do periódico; se o texto apresenta qualidade na escrita e metodológica e, por fim, se o texto segue as instruções aos autores quanto à formatação (EDITAGE INSIGHT, 2013).

Nesse primeiro nível de análise aprendemos que há periódicos que rejeitam um texto apenas 10 minutos após submissão (sem

16 Combinadas, as três principais editoras comerciais sozinhas - Reed-Elsevier, Taylor & Francis e Wiley-Blackwell - representaram quase 50% de todos os artigos em 2013 (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015).

qualquer análise prévia, além de possível pareamento entre palavras-chave e os principais descritores do periódico).

Ou ainda, menos de 7 minutos após submissão, a decisão editorial foi emitida com o seguinte teor:

Thank you for submitting your manuscript to [...]. **After careful evaluation**, I regret to inform you that your manuscript does not fit within the scope of the journal, which focuses on prevention of mental disorders, and I must therefore reject it.

Quando superávamos essa primeira barreira, descobrimos outra que nos chamou a atenção: o texto com temática externa ao país de origem do periódico e com autores com nomes que denotavam serem oriundos do exterior geravam críticas recorrentes quanto à qualidade linguística do texto.

This is the third time I am recommending this article to be professionally copy-edited. It has not been copy-edited. It is still very difficult, at times impossible, to understand what the authors want to convey.

Esse exemplo acima aponta 2 aspectos: primeiro, o texto foi 80% reescrito, mas o parecer permanece indicando problemas ortográficos, não considerando, em nenhum momento, a presença de autores cuja língua mãe era o inglês.

The English language needs some editing [...] Those tiny mistakes will distract readers attention.

Tal tendência pode ser explicada pela presença/ausência de temáticas que são analisadas a partir da realidade social brasileira.

Mas esse problema também se fez presente quando o artigo foi aceito:

In this article, writing style and presentation will need careful attention. We recognise that there could be an issue of translation from a different language, and we feel the article could be made more stronger by attending to smoothing any language inelegancies. We would encourage you to ensure that your

phrasings and wordings can be understood, possibly by **having your paper proofread by a proficient writer or/and a native speaker to attend to writing style and presentation.**

O parecer acima claramente desconsidera que as análises partem dos autores/as estrangeiros e não nativos da língua inglesa. Essa razão - estilo da escrita - está entre as principais razões para a rejeição de artigos, segundo os sites da Elsevier e Wiley.

Por fim, é mister pensar que o processo de submissão de um artigo pode ser de forma gratuita ou por pagamento de taxas por pesquisadores. Na página da Taylor e Francis, a possibilidade de aceleração da publicação do artigo está associada ao pagamento de taxas. Mas a página da Taylor e Francis também traz outro aspecto importante: Os avaliadores que emitirem seus pareceres entre 3-5 semanas receberão um incentivo de US\$150 após finalizada a emissão do parecer. Ou seja, há outros aspectos como captação de estímulo financeiro aos pesquisadores.

Há ainda outros aspectos a considerar. Um artigo produz um conhecimento que precisa ser divulgado e compartilhado. O acesso a muitos dos artigos publicados em língua inglesa só ocorre via cobrança de taxas exorbitantes, principalmente para nós, brasileiros/as, visto a desvalorização da moeda local (Real) frente ao dólar e ao euro. Isso restringe drasticamente o compartilhamento de resultados e torna proibitivamente caro para o público ler o que aparece em suas páginas. A Elsevier relatou receitas de cerca de US \$ 3,2 bilhões dos quais 36% foram lucros (Cook, 2012). Outra alternativa exorbitante é o pagamento pelo autor de acesso aberto de seus artigos para todos os leitores, e, nesse caso, o pagamento de uma taxa ocorre em moeda estrangeira (na Revista Nature, por exemplo, o valor é de 9 500 euros, ou cerca de 58 mil reais) (ESTEVEZ, 2020).

Uma questão colocada é: “[...] será que a preferência dos pesquisadores por periódicos por assinatura seria mantida se os custos fossem pagos pelo autor, ao invés do leitor?” (WHITFIELD, 2012). Entretanto, a questão que se apresenta aqui é o custo presente e a que esse custo responde - o lucro que as grandes companhias editoriais podem alcançar ante a pressão por publicar, e, assim, ponderamos que os condicionantes tendem a impedir a real circulação do conhecimento em uma perspectiva de cooperação internacional e global.

A indústria editorial acadêmica chega a mais de US \$ 19 bilhões, o que a posiciona entre a indústria da música e a indústria do cinema (BURANYI, 2017). O mercado é amplamente dominado por cinco grandes editoras (Elsevier, Black & Wiley, Taylor & Francis, Springer Nature e SAGE), sendo que a Elsevier é a maior, com aproximadamente 16% do mercado total e mais de 3.000 periódicos acadêmicos e uma margem de lucro próxima a 40%, que é maior do que a de empresas como Microsoft, Google e Coca Cola, e a curva está apontando aceleração para cima (BURANYI, 2017; PAGE, 2019).

Ante a discussão feita acima, nossa opção foi pautada por publicar em periódicos Q1 e Q2 (Scopus - exigência de editais brasileiros e por opção das parcerias), sem cobrança de taxas de publicação e com acesso público garantido pelas universidades britânicas.

Um artigo publicado na *Qualitative Social Work Journal*, da Sage journals (com acesso livre por conta da temática e sem cobrança de taxa para publicação) teve, entre março de 2021 e agosto de 2022, 1478 acessos¹⁷ e foi citado 5 vezes. Outro artigo, publicado em abril de 2021 na *Globalization, Education and Societies* (Taylor e Francis, sem cobrança de taxas para publicação e o acesso aberto ao artigo foi assegurado por assinatura da Universidade inglesa) teve 3257 leitores e foi citado 1 vez até agosto de 2022.

Assim, nesse percurso, aprendemos que a rejeição de um artigo pode ter múltiplos significados, nem sempre compreensíveis a uma primeira análise, e via de regra centrada no texto em si mesmo, e não nos múltiplos fatores que compõem no processo.

Mas a oportunidade de socializar o conhecimento em diferentes línguas amplia a possibilidade de alcance de diferentes leitores/as.

PENSANDO OS PRÓXIMOS PASSOS

Partimos aqui da premissa da importância da estruturação de uma rede internacional de pesquisa. A formação em uma perspectiva internacional nos possibilita articular conhecimentos, estranhar algumas práticas, conhecer outras experiências, autores e análises, e socializar conhecimentos para além de expressão numérica dos textos publicados.

¹⁷ Informação disponível no site da revista.

A articulação do conhecimento, que a participação das/os autores desse artigo nessa rede de pesquisa possibilitou, nos indicam que tanto os conhecimentos acumulados quanto a necessidade da estruturação de novos trabalhos nos levam a almejar novos rumos e patamares do trabalho em cooperação.

O debate, a reflexão crítica e as inúmeras descobertas vão se alinhando, refletindo sobre questões por meio de lentes críticas que podem não ser atraentes para os acadêmicos em busca das métricas de desempenho de uma universidade neoliberal moderna. Entretanto, não podemos nos esquecer também (e contraditoriamente) que essas métricas compõem quando os colegas estrangeiros necessitam da anuência institucional para manutenção dessas parcerias. Nesses 10 anos, poucos artigos foram efetivamente publicados (7), 4 submetidos e capítulos de livro foram escritos (como este aqui) e livros estão em processo de organização. Mas, também, a experiência do debate sistemático não se expressa em números. Para se ter uma ideia, – um texto foi urdido ao longo de dois anos de escrita, debate, reescrita e submissão.

Entretanto, para manter uma rede de pesquisa, é mister financiamento. Nossos próximos passos como equipe são continuar a buscar financiamento para pesquisa e trabalhar juntos para criar possibilidades de fortalecer e manter nosso compromisso mútuo, e promover ambientes críticos de pesquisa em cooperação internacional. Procuramos, portanto, garantir que os membros desse processo de pesquisa formem uma comunidade que transcenda as disciplinas profissionais individuais. No entanto, conforme indicado anteriormente, mesmo para uma equipe bem-sucedida, continuamos enfrentando desafios para obter financiamento.

Ou seja, ratificamos, ao fim, que é muito importante pensar em diferentes formas de desenvolver pesquisas associadas ao aporte de financiamento das agências nacionais e internacionais. E a equipe precisa desenvolver estratégias de continuidade de suas pesquisas e cooperações de forma longitudinal, construindo e envolvendo cada vez mais, um maior número de pesquisadores, preferencialmente jovens, para inseri-los no processo de cooperação internacional, visto que nesse processo, há predominantemente, pesquisadores senior. A escolha pelos jovens pesquisadores expressa o compromisso com a inserção e a experiência para condução dessas cooperações no futuro.

REFERÊNCIAS

BOND, M.; MARÍN, V.; BEDENLIER, S. (2020). International Collaboration in the field of Educational Research: A Delphi Study. *Journal of New Approaches in Educational Research*. [S.l.], v. 10, n. 2, p. 190-213, oct. ISSN 2254-7339. Available at: <<https://naerjournal.ua.es/article/view/614>>. Date accessed: 2 oct. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.7821/naer.2021.7.614>.

BURANYI, S. (2017). Is the staggeringly profitable business of scientific publishing bad for science? *The Guardian* 27.6.2017. <https://www.theguardian.com/science/2017/jun/27/profitable-business-scientific-publishing-bad-for-science> Accessed 25.2.2020.

CANIGLIA, G. et al. (2017). Transnational collaboration for sustainability in higher education: Lessons from a systematic review. *Journal of Cleaner Production*, 168, 764–779.

CAPES (2021). *Retrospectiva: CAPES em 2021: programas internacionais assegurados*. Publicado em 28/12/2021. Disponível: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-em-2021-programas-internacionais-assegurados>. Acessado em 29 de dezembro de 2021.

CONTEL, F. B.; LIMA, M. C. (2009). Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira. *5^{ème} colloque de l'IFBAE – Grenoble*, 18 et 19 mai. Disponível em: https://ifbae.s3.eu-west-3.amazonaws.com/file/congres/2009_B0095.pdf

COOK, G. (2012). Why scientists are boycotting a publisher. *Boston Globe*, 12 de fevereiro. Disponível: <https://www3.bostonglobe.com/opinion/2012/02/12/why-scientists-are-boycotting-publisher/9sCp-DEP7BkkX1INfakn3NL/story.html?arc404=true>

DIERCKXSENS, W.; PIQUERAS, A. (ORGS). **O capital frente ao seu declínio**. Fim da unipolaridade global: transição para o pós-capitalismo? 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 112 p.

EDITAGE INSIGHT. (2013). *Most common reasons for journal rejection*. Disponível: <https://www.editage.com/insights/most-common-reasons-for-journal-rejection>. Acesso em 2 de janeiro de 2022.

ENGWALL, L. (2008). The university: a multinational corporation? ENGWALL, L., WEAIRES, D. (eds). In the university in the market. *Proceedings of a symposium in Stockholm*, London: Portland Press.

ESTEVEES, B. (2020). Ciência a peso de ouro. *Piauí*, 14 dez. Disponível: <https://piaui.folha.uol.com.br/ciencia-peso-de-ouro/>. Acesso em 9 de janeiro de 2022.

FRAME, J.D., Carpenter, Mp. (1979). International Research Collaboration. *Social Studies of Science*. v.9, n. 4, p. 481-497. doi:10.1177/030631277900900405

GARDNER, P. et al (2012) “Not for the Fainthearted”: Engaging in Cross-national Comparative. *Research Journal of Aging Studies*, v.26, p. 253–61.

IAMAMOTO, M. V. (2008). *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

HEARN, J. (1982). Radical Social Work- Contradictions, Limitations and Political Possibilities. *Critical Social Policy*, 2(4), 19-34, <https://doi.org/10.1177/026101838200200404>

KHADILKAR, S. S. (2018). Rejection Blues: Why Do Research Papers Get Rejected? *Journal of obstetrics and gynaecology of India*, v. 68, n. 4, p. 239–241, 2018. <https://doi.org/10.1007/s13224-018-1153-1>

KIM, T. (2009). Transnational academic mobility, internationalization and interculturality in higher education. *Intercultural Education*, 20, 5, 395–405. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14675980903371241> (accessed 30 January 2020).

KWIEK, M. (2021). What large-scale publication and citation data tell us about international research collaboration in Europe: changing national patterns in global contexts. *Studies in Higher Education*, v. 46, n. 12, p. 2629-2649, DOI: 10.1080/03075079.2020.1749254

LARIVIÈRE, V; HAUSTEIN, S; MONGEON, P. (2015). The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. *Plus One*, Published: June 10. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>

LEAL, F. G.; LEHER, R.; DE AZEVEDO, M.L.N. (2018). Perspec-

tivas e desafios para a Educação Superior na América Latina e o Caribe: Entrevista com Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com comentários de Mário Luiz de Azevedo, da Universidade Estadual de Maringá. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 26(166). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.4286>

LEHER, R. (2018). *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente*: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência.

LYMAN P.; CHODOROW, S. (1998). The Future of Scholarly Communication. In Hawkins BL, Battin P, editors. *The Mirage of Continuity: Reconfiguring Academic Information Resources for the 21st Century*. Washington D.C.: CLIR and AAU. pp. 87–104.

LOMBE, M. et al. (2013). 'From Rhetoric to Reality: Planning and Conducting Collaborations for International Research in the Global South'. *Social Work*, v. 58, n. 1, p. 31–40.

MANCEBO, D; SILVA JUNIOR, J. dos R. (2016). Considerações sobre a universidade (nos Estados Unidos e Brasil) e a financeirização da economia mundial. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 91-100.

MARX, Karl. (1985). *Manuscritos Economia y Filosofia*. Madri: Editorial Alianza, 11ª Ed.

MCCALLIN, A. (2001). Interdisciplinary Practice – A Matter of Teamwork: An Integrated Literature Review. *Journal of Clinical Nursing*, v. 10, n. 4, p. 419–28.

NADKARNI, V. V. (2013). IASSW and Social Work Day at the United Nations: A proud achievement. *International Social Work*, March, 56, p. 252–56, doi:10.1177/0020872812473061

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. (2001). *Preparing for an Aging World*. Washington, DC: National Academic Press.

NEGRI, F. de. (2021). *Políticas públicas para ciência e tecnologia no Brasil*: cenário e evolução recente. IPEA. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825_publicacao_preliminar_nt_politicas_publicas_para_ciencia_e_tecnologia.pdf

NEVES, Lúcia M. W. (2002). *Educação e política no Brasil de hoje*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. Page B. (2019). Elsevier records 2% lifts in revenue and profits. *The Bookseller*. Feb 21. <https://www.thebookseller.com/news/elsevier-records-2-lifts-revenue-and-profits-960016> Accessed 09.1.2022.

Payne, M. (2006). *What is professional social work?* Bristol, ENG: BASW.

Pawar, M. (2017) Reflective Learning and Teaching in Social Work Field Education in International Contexts, *The British Journal of Social Work*, Volume 47, Issue 1, January 2017, Pages 198–218. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcw136>

Prates, J. Cruz; Carraro, G. (2018). Os processos de internacionalização da área do Serviço Social na formação pós-graduada. In: ENPESS, 16., 2018, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: ABEPSS.

RIBEIRO, D.B. et al. (2020). Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 548-561, set./dez. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v-23n3p548/44332>. Acessado em 2 de Dezembro de 2021.

_____; OLIVEIRA, EFA; GARCIA, MLT. Retrocessos no financiamento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: o caso do CNPq (no prelo).

SCHOLTEN, W. et al. (2021). Funding for few, anticipation among all: Effects of excellence funding on academic research groups. *Science and Public Policy*, Volume 48, Issue 2, April. pages 265–275, <https://doi.org/10.1093/scipol/scab018>

SILVA, D. H. da. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2007, v. 50, n. 1 [Acessado 26 Novembro 2022] , pp. 5-28. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292007000100001>>. Epub 22 Nov 2007. ISSN 1983-3121. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292007000100001>.

SPOLANDER, G., GARCIA, M. L. T., PENALVA, C. (2016) Reflections and challenges of international social work research, *Critical and Radical Social Work*, v. 4, n. 2, p. 169-183. <https://doi.org/1>

0.1332/204986016X14651166264273

TAYLOR, B.J.; SHARLAND, E. (2015). The Creation of the European Social Work Research Association. *Research on Social Work Practice*. 25(5):623-627. doi:10.1177/1049731514558686

TUCKMAN, B. W. (1965). Developmental sequence in small groups. *Psychological Bulletin*, 63, n.6, p. 384–399. <https://doi.org/10.1037/h0022100>

UNIÃO EUROPÉIA (2021). *Capacity Building in Higher Education: what's new?* Dez. Disponível: https://www.eacea.ec.europa.eu/system/files/2021-12/1%20What%20is%20news_2nd%20Dec2021.pdf. Acessado em 8 de janeiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (2021). *Programa Institucional de Internacionalização*. Disponível: <https://print.ufes.br/pt-br/politicas-0>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

WHITFIELD, J. Elsevier boycott gathers pace. (2012). *Nature*, 9 February 2012. Available from: doi: 10.1038/nature.2012.10010

YUNONG, H; XIONG, Z. (2012). Further discussion of indigenization in social work: a response to Gray and Coates. *International Social Work*, 55, 1, 40–52.